Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

03/02/2015

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. COMARCAS..... 1 - 2
   1.2. EXECUÇÕES PENAIS..... 3 - 4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   2.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 5 - 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 7
4. JORNAL EXTRA
   4.1. DECISÕES..... 8 - 9
5. JORNAL O IMPARCIAL
   5.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 10
   5.2. VARA CRIMINAL..... 11
6. JORNAL O PROGRESSO
   6.1. DECISÕES..... 12
7. JORNAL O QUARTO PODER
   7.1. EXECUÇÕES PENAIS..... 13
8. JORNAL PEQUENO
   8.1. DECISÕES..... 14 - 17
   8.2. EXECUÇÕES PENAIS..... 18 - 20
   8.3. PRESIDÊNCIA..... 21 - 23
   8.4. VARA CRIMINAL..... 24

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Problemas com telefonia e internet prejudicam serviços na comarca de Mirinzal

Desde o início da manhã desta segunda-feira (02), os serviços na Comarca de Mirinzal encontram-se prejudicados devido a problemas com a telefonia fixa e o acesso à internet no Fórum. De acordo com informações da secretaria judicial da unidade, em função do problema os trâmites dos processos não estão sendo feitos.

Pág. 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Problemas com telefonia e internet prejudicam serviços na comarca de Mirinzal

Desde o início da manhã desta segunda-feira (02), os serviços na Comarca de Mirinzal encontram-se prejudicados devido a problemas com a telefonia fixa e o acesso à internet no Fórum. De acordo com informações da secretaria judicial da unidade, em função do problema os trâmites dos processos não estão sendo feitos. As informações às partes também estão prejudicadas, entre outros serviços comprometidos.

Ainda segundo a secretaria, o problema estaria afetando não apenas a sede do Poder Judiciário, mas todo o município. O secretário judicial da comarca, Nilson Lages, informou que está tentando contatar a operadora OI, responsável pela telefonia e internet na unidade, mas até o momento não conseguiu ser atendido.

Comarca de entrância inicial, Mirinzal fica a 215 km de São Luís. O juiz Celso Serafim Júnior responde pela unidade desde março de 2014. O Poder Judiciário na unidade funciona à Rua Sousandrade, s/n, Centro.° Casamentos Comunitários ° Juiz Cidadão ° Jurado Voluntário

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pág. 4

DPE/MA atende 80 detentos no primeiro dia de força-tarefa na Cadet

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE/MA atende 80 detentos no primeiro dia de força-tarefa na Cadet

Defensor estadual em atendimento na Cadet durante força-tarefa que acontecerá até o dia 13 de fevereiro

Foi iniciada nesta segunda-feira (2), e prossegue até o próximo dia 13, a etapa presencial da força-tarefa realizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que beneficiará, primeiramente, a Casa de Detenção (Cadet). Dos cerca de 700 presos, entre provisórios e sentenciados, custodiados no local, 80 foram atendidos neste primeiro dia, pelos dez defensores públicos do Núcleo de Execução Penal (NEP), designados para o trabalho, que conta com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Na primeira etapa da força-tarefa, semana passada, os defensores públicos se ocuparam com a localização e identificação dos presos, que começaram a ser ouvidos, nesta segunda-feira. A partir deste contato, e com base na análise processual de cada um, a Defensoria Pública vem tomando as providências cabíveis relacionadas aos pedidos de concessão de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, dentre outros. Também estão sendo levantadas possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo judicial. Os presos, ao final, recebem uma cópia do seu histórico de acompanhamento, emitido pela DPE/MA, com toda a movimentação feita até então.

Para a defensora geral, Mariana Albano de Almeida, a realização desta força-tarefa mostra o compromisso e a vontade dos órgãos envolvidos na ação, em transformar a realidade atual dos presídios maranhenses, tornando-os mais seguros e humanizados.

"O que estamos fazendo é tão somente garantir ao preso, o que lhe é de direito, como preconiza a Lei de Execução Penal. Trata-se de um trabalho que já faz parte da rotina dos defensores do NEP, mas que verificamos a necessidade de intensificar por conta do número elevado de prisões efetuadas do final de 2014 até hoje. A nossa presença no complexo, normalmente, se traduz em tranquilidade, visto que o detento percebe que não foi esquecido pelo sistema", destacou, lembrando que este ano a previsão é de que os defensores atuem, de forma concentrada, nas unidades penitenciárias da capital, além de outras comarcas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Força Tarefa

Olá! A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) está realizando deste de ontem dia (02), às 8h30, a segunda etapa da força-tarefa em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão. Dez defensores públicos titularizados no Núcleo de Execução Penal (NEP), da DPE/MA, farão o atendimento presencial a 665 detentos custodiados na Casa de Detenção (Cadet), unidade prisional situada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Na semana passada, foi feito o levantamento de dados dos internos e análise processual. Até dia 13 de fevereiro, a equipe fará possíveis pedidos de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, dentre outros. Na ocasião, buscarão identificar possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo de cada pessoa presa, tomando as devidas providências junto ao Tribunal de Justiça (TJ).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

FORÇA-TAREFA

DPE/MA atende 80 detentos no primeiro dia

Foi iniciada ontem (2), e prossegue até o próximo dia 13, a etapa presencial da força-tarefa realizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que beneficiará, primeiramente, a Casa de Detenção (Cadet). Dos cerca de 700 presos, entre provisórios e sentenciados, custodiados no local, 80 foram atendidos neste primeiro dia, pelos dez defensores públicos do Núcleo de Execução Penal (NEP), designados para o trabalho, que conta com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Na primeira etapa da força-tarefa, semana passada, os defensores públicos se ocuparam com a localização e identificação dos presos, que começaram a ser ouvidos, nesta segunda-feira. A partir deste contato, e com base na análise processual de cada um, a Defensoria Pública vem tomando as providências cabíveis relacionadas aos pedidos de concessão de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, dentre outros. Também estão sendo levantadas possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo judicial. Os presos, ao final, recebem uma cópia do seu histórico de acompanhamento, emitido pela DPE/MA, com toda a movimentação feita até então.

Para a defensora geral, Mariana Albano de Almeida, a realização desta força-tarefa mostra o compromisso e a vontade dos órgãos envolvidos na ação, em transformar a realidade atual dos presídios maranhenses, tornando-os mais seguros e humanizados.

O reforço assegurado pela Corregedoria, segundo um dos defensores do NEP, Paulo Rodrigues, será fundamental para dar celeridade à ação, que pretende, ainda, possibilitar a criação de mecanismos de padronização do ingresso do apenado ao sistema.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE atende 80 detentos no 1º dia de força-tarefa

Defensoria identifica e ouve presos sobre possíveis benefícios que podem ser concedidos

Divulgação

Defensor estadual em atendimento na Cadet durante força-tarefa

Foi iniciada ontem e prossegue até o próximo dia 13 a etapa presencial da força-tarefa realizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que beneficiará, primeiramente, a Casa de Detenção (Cadet). Dos cerca de 700 presos, entre provisórios e sentenciados, custodiados no local, 80 foram atendidos neste primeiro dia, pelos 10 defensores públicos do Núcleo de Execução Penal (NEP), designados para o trabalho, que conta com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Na primeira etapa da força-tarefa, semana passada, os defensores públicos se ocuparam com a localização e identificação dos presos, que começaram a ser ouvidos ontem. A partir desse contato, e com base na análise processual de cada um, a Defensoria Pública vem tomando as providências cabíveis relacionadas aos pedidos de concessão de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, entre outros. Também estão sendo levantadas possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo judicial. Os presos, ao final, recebem uma cópia do seu histórico de acompanhamento, emitido pela DPE/MA, com toda a movimentação feita até então.

Compromisso - Para a defensora-geral, Mariana Albano de Almeida, a realização dessa força-tarefa mostra o compromisso e a vontade dos órgãos envolvidos na ação, em transformar a realidade atual dos presídios maranhenses, tornando-os mais seguros e humanizados.

"O que estamos fazendo é tão somente garantir ao preso o que lhe é de direito, como preconiza a Lei de Execução Penal. Trata-se de um trabalho que já faz parte da rotina dos defensores do NEP, mas que verificamos a necessidade de intensificar por conta do número elevado de prisões efetuadas do fim de 2014 até hoje. A nossa presença no complexo, normalmente, se traduz em tranquilidade, visto que o detento percebe que não foi esquecido pelo sistema", destacou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça condena bancos do Brasil, BMG e Santander por fraude

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça condena bancos do Brasil, Santander e BMG por fraude

Os bancos do Brasil, Santander e BMG terão que indenizar, por danos morais, clientes vítimas de empréstimos fraudulentos efetivados naquelas instituições financeiras, por decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), após julgamento de vários processos sobre contratação e cobrança irregular de empréstimos bancários. Todos os processos ficaram sob a relatoria do desembargador Cleones Cunha.

Em um dos processos, o Banco do Brasil foi condenado a indenizar em R$ 12 mil um cliente que teve seu nome incluído indevidamente nos serviços de proteção ao crédito, em decorrência de empréstimo fraudulento contratado irregularmente em seu nome.

No julgamento do processo relativo ao banco Santander, o valor da indenização foi fixado em R$ 8 mil. O banco ainda chegou a cogitar a possibilidade de a contratante ter sido vítima de golpe, apontando que toda a documentação necessária foi apresentada no ato da transação bancária. O colegiado, no entanto, negou provimento ao recurso, acolhendo voto do desembargador Cleones Cunha pela condenação daquela instituição bancária.

No processo que envolve o BMG, o valor de indenização, por danos morais, foi aumentado de R$ 2 mil, para R$ 10 mil, após recurso interposto pelo cliente junto ao Tribunal de Justiça contra sentença da Justiça de 1º Grau. Tendo em vista o caráter pedagógico preventivo e educativo, os desembargadores membros da câmara estabeleceram em R$ 2.974,72 o valor da indenização por danos materiais.

No julgamento dos processos, os argumentos das instituições financeiras não convenceram o desembargador-relator Cleones Cunha. Para o magistrado, os bancos e estabelecimentos comerciais devem utilizar todas as precauções para garantir segurança na efetivação de cadastros, não tendo os clientes vítimas de fraude a obrigação de arcar com pagamentos de dívidas decorrentes de contratos juridicamente irregulares.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DIREITO

Força-tarefa atende 80 presos

Concessão de benefícios, como remissão de pena e progressão de regime presidiário da Casa de Detenção, é analisada por 10 defensores públicos. A ação pretende atingir 700 presos

A etapa presencial da força-tarefa realizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas começou ontem e segue até o dia 13 de fevereiro. A medida beneficiará, primeiramente, a Casa de Detenção (Cadet). Dos cerca de 700 presos, entre provisórios e sentenciados, custodiados no local, 80 foram atendidos neste primeiro dia pelos dez defensores públicos do Núcleo de Execução Penal (NEP), designados para o trabalho, que conta com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Direitos assegurados: detento durante atendimento da Defensoria Pública do Maranhão

Na primeira etapa da força-tarefa, semana passada, os defensores públicos se ocuparam com a localização e identificação dos presos, que começaram a ser ouvidos, nesta segunda-feira. A partir deste contato, e com base na análise processual de cada um, a Defensoria Pública vem tomando as providências cabíveis relacionadas aos pedidos de concessão de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, dentre outros. Também estão sendo levantadas possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo judicial. Os presos, ao final, recebem uma cópia do seu histórico de acompanhamento, emitido pela DPE/MA, com toda a movimentação feita até então.

Para a defensora geral, Mariana Albano de Almeida, a realização desta força-tarefa mostra o compromisso e a vontade dos órgãos envolvidos na ação, em transformar a realidade atual dos presídios maranhenses, tornando-os mais seguros e humanizados.

"O que estamos fazendo é tão somente garantir ao preso, o que lhe é de direito, como preconiza a Lei de Execução Penal. Trata-se de um trabalho que já faz parte da rotina dos defensores do NEP, mas que verificamos a necessidade de intensificar por conta do número elevado de prisões efetuadas do final de 2014 até hoje. A nossa presença no complexo, normalmente, se traduz em tranquilidade, visto que o detento percebe que não foi esquecido pelo sistema", destacou, lembrando que este ano a previsão é de que os defensores atuem, de forma concentrada, nas unidades penitenciárias da capital, além de outras comarcas.

Durante reunião realizada na sexta-feira (30), na sede da Corregedoria Geral de Justiça, onde foram finalizados os preparativos da etapa presencial, foi acordada a disponibilização de dois juízes auxiliares com atuação na 1ª Vara de Execução Penal que darão apoio às solicitações dos defensores durante o período da força-tarefa. No caso de pendências com os presos provisórios, os peticionamentos são encaminhados para uma das Varas criminais da capital.

O reforço assegurado pela Corregedoria, segundo um dos defensores do NEP, Paulo Rodrigues, será fundamental para dar celeridade à ação, que pretende, ainda, possibilitar a criação de mecanismos de padronização do ingresso do apenado ao sistema. "O aperfeiçoamento do sistema é um processo contínuo e no momento estamos discutindo as soluções em conjunto para regularizar a situação", revela, acrescentando que já foram detectados casos de ausência de guias de recolhimento e de certidões, que obrigatoriamente precisam acompanhar a petição para que o juiz possa proferir futuramente as sentenças.

Um caso emblemático é o do detento José de Ribamar Filho, atendido ontem. Proveniente de São Vicente de Ferrer, ele está preso na Cadet há seis meses, mas seu processo tramita naquele município. A força-tarefa da Defensoria solicitou ao juiz daquela comarca o processo para fazer o peticionamento de possíveis benefícios. "Eu já tinha informações de que sem o meu processo, nada poderia ser feito. Agora com a Defensoria acompanhando o caso, espero que o meu problema seja resolvido e então possa voltar para casa", disse.

Paulo Rodrigues explicou que aguarda o processo chegar às suas mãos para solicitar as devidas providências. "Solicitamos ao juiz da comarca que nos enviasse o processo, o que foi prontamente acertado. De posse dele poderemos estudar o caso e peticionar, caso seja possível, os benefícios que tem direito. Vamos acompanhar esse caso até o fim e com certeza regularizaremos sua situação", afirmou.

É o prazo para encerramento da força-tarefa da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUSTIÇA

32 homicidas serão julgados

O Tribunal do Júri de São Luís julgará em fevereiro 32 acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. As sessões de júri popular começam hoje, às 8h30, no 1º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

No 1º Tribunal do Júri, que tem como titular o juiz Osmar Gomes, serão julgados Magno Santana Rodrigues (dia 25), Ramid Freitas Moreira (26) e Carlos Magno Santos de Andrade (27). Já o 2º Tribunal, presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, julgará Leonilson Costa Pereira (3); Antônio Barbosa Lira, Arilson Santos de Andrade, Elinaldo Linhares Damasceno, Francisco de Sousa Lira, Gilvan Araújo Aguiar, Ivaldo dos Santos Silva e Manoel dos Santos Filho (5); Vilson Teófilo dos Santos Júnior (9); Valbenilson Cantanhede (11); Marcelo Henrique Silva Diniz (13); Loran Felipe da Silva (23); Josenilton Damázio Diniz (25) e José de Jesus Oliveira Cardoso (27). Na 3ª Vara do Júri, serão julgados Tobias Pereira de Oliveira (24); João Batista Leite Collins (25) e Domingos Castro Silva (26). A unidade tem como titular a juíza Kátia Coelho de Sousa Dias.

O 4º Tribunal do Júri julgará Ydenilson Pereira Santos (03); José Nilson Monteiro Silva (5); Malyo Silva Araújo (10); Ednaldo das Neves Gusmão, Givanildo de Jesus Santos Mendes, Osmar dos Santos e Raimundo João Costa Ferreira (12); Bernardo Ferreira Machado Filho (19); Ronaldo Adriano dos Santos (24); Hilton Jonh Alves de Araújo e Josmar Azevedo (25); Gleison Andrade de Jesus (26). A 4ª Vara do Júri tem como titular o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tribunal mantém condenação de ex-prefeito por improbidade administrativa

Decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantém a condenação do ex-prefeito de Codó, Biné Figueiredo, que, além de continuar com seus direitos políticos suspensos pelo período de três anos, terá que pagar multa no valor correspondente a duas vezes o valor da sua remuneração no período em que exerceu o cargo de prefeito (2005 a 2008).

Com a determinação do colegiado, o ex-prefeito fica ainda proibido de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, também pelo prazo de três anos.

A ação de improbidade administrativa contra Biné Figueiredo aponta que, na vigência de seu mandato, ele celebrou convênio com a União, no valor de R$ 58 mil, por intermédio do Ministério do Turismo, para realização do II Festival Gospel. O ex-gestor não teria feito a prestação de contas de forma satisfatória, deixando de esclarecer se os valores repassados foram, de fato, utilizados para o fim específico. A inadimplência gerada pela ausência da prestação de contas estaria provocando obstáculos para a atual gestão no ato da celebração de convênios com a União.

Questionando a decisão da Justiça de 1° grau, a defesa do ex-prefeito interpôs recurso junto ao TJMA pedindo a nulidade do processo, alegando a ausência de manifestação do Ministério Público Estadual (MP). Questionou também a competência do juízo (Justiça Estadual), argumentando que a ação trata de verbas federais, e sustentou, ainda, a inaplicabilidade da Lei nº. 8.429/92 aos agentes políticos, a inexistência do ato de improbidade e a consequente improcedência da ação.

Para o relator do processo, desembargador Lourival Serejo, ao contrário do que afirma a defesa, houve atuação do Ministério Público, não devendo ser reconhecida a nulidade processual. Quanto à atuação da Justiça Estadual, o magistrado enfatizou que esta é competente para processar e julgar a ação de improbidade administrativa.

No que se refere a existência de improbidade administrativa, o desembargador frisou que, no caso concreto, há provas suficientes, por meio de documentos anexados ao processo, como o extraído do site do Ministério da Fazenda, que comprovou a situação de inadimplência do Município de Codó referente ao convênio, bem como nota técnica de análise revelando a existência de ressalvas financeiras e técnicas na prestação de contas, entre outras comprovações. **(Joelma Nascimento – Asscom TJMA)**

Desembargador Lourival Serejo não acolheu os argumentos da defesa

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE/MA atende 80 detentos no primeiro dia de força-tarefa na Cadet

Foi iniciada nesta segunda-feira (2), e prossegue até o próximo dia 13, a etapa presencial da força-tarefa realizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que beneficiará, primeiramente, a Casa de Detenção (Cadet). Dos cerca de 700 presos, entre provisórios e sentenciados, custodiados no local, 80 foram atendidos neste primeiro dia, pelos dez defensores públicos do Núcleo de Execução Penal (NEP), designados para o trabalho, que conta com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Na primeira etapa da força-tarefa, semana passada, os defensores públicos se ocuparam com a localização e identificação dos presos, que começaram a ser ouvidos, nesta segunda-feira. A partir deste contato, e com base na análise processual de cada um, a Defensoria Pública vem tomando as providências cabíveis relacionadas aos pedidos de concessão de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, dentre outros. Também estão sendo levantadas possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo judicial. Os presos, ao final, recebem uma cópia do seu histórico de acompanhamento, emitido pela DPE/MA, com toda a movimentação feita até então.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça mantém condenação de ex-prefeito de Codó

PÁGINA 6 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mantida condenação do ex-prefeito de Codó por improbidade administrativa

Decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a condenação do ex-prefeito de Codó, Biné Figueiredo, que, além de continuar com seus direitos políticos suspensos pelo período de três anos, terá que pagar multa no valor correspondente a duas vezes o valor da sua remuneração no período em que exerceu o cargo de prefeito (2005 a 2008).

Com a determinação do colegiado, o ex-prefeito fica ainda proibido de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, também pelo prazo de três anos.

A ação de improbidade administrativa contra Biné Figueiredo aponta que, na vigência de seu mandato, ele celebrou convênio com a União, no valor de R$ 58 mil, por intermédio do Ministério do Turismo, para realização do II Festival Gospel. O ex-gestor não teria feito a prestação de contas de forma satisfatória, deixando de esclarecer se os valores repassados foram, de fato, utilizados para o fim específico. A inadimplência gerada pela ausência da prestação de contas estaria provocando obstáculos para a atual gestão no ato da celebração de convênios com a União.

Questionando a decisão da Justiça de 1º grau, a defesa do ex-prefeito interpôs recurso junto ao TJMA pedindo a nulidade do processo, alegando a ausência de manifestação do Ministério Público Estadual (MP). Questionou também a competência do juízo (Justiça Estadual), argumentando que a ação trata de verbas federais, e sustentou, ainda, a inaplicabilidade da Lei n. 8.429/92 aos agentes políticos, a inexistência do ato de improbidade e a consequente improcedência da ação.

Para o relator do processo, desembargador Lourival Serejo, ao contrário do que afirma a defesa, houve atuação do Ministério Público, não devendo ser reconhecida a nulidade processual. Quanto à atuação da Justiça Estadual, o magistrado enfatizou que esta é competente para processar e julgar a ação de improbidade administrativa.

No que se refere a existência de improbidade administrativa, o desembargador frisou que, no caso concreto, há provas suficientes, por meio de documentos anexados ao processo, como o extraído do site do Ministério da Fazenda, que comprovou a situação de inadimplência do Município de Codó referente ao convênio, bem como nota técnica de análise revelando a existência de ressalvas financeiras e técnicas na prestação de contas, entre outras comprovações. *(Ascom TJMA)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mulher condenada pela morte de médico volta para Pedrinhas

PÁGINA 6 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mulher condenada pela morte de médico volta a cumprir pena em Pedrinhas

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Raimundo Melo, revogou ontem (2) a prisão domiciliar de Salete Silva Varão, condenada a 16 anos de prisão, por ser a mandante do assassinato de seu marido Antonio Lopes Varão, em 11 de dezembro de 2010, no Hospital Municipal de Bom Jardim, onde atuava como médico. Salete terá de voltar a cumprir pena no Presídio Feminino, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A decisão do magistrado foi tomada após analisar habeas corpus ajuizado no plantão judicial do recesso forense. Na ocasião, a desembargadora plantonista Nelma Sarney deferiu liminar para que Salete Varão passasse a cumprir regime de prisão domiciliar, por ser portadora de pressão alta.

Ao receber o processo para dar continuidade ao julgamento, o desembargador Raimundo Melo (relator) entendeu não estarem presentes os requisitos necessários para análise do pedido defensivo.

Para o magistrado Melo, o pedido inicial não poderia ter sido analisado pelo TJMA, tendo em vista a inexistência de provas de que o pedido de prisão domiciliar tenha sido feito ao Juiz da 1ª Vara de Execução Criminal de São Luis, sendo inviável qualquer pronunciamento sobre a matéria neste momento, sob pena de se incorrer em supressão de instância.

Após rejeitar o habeas corpus, o desembargador determinou que fosse expedido mandado de prisão em desfavor de Salete Silva Varão, obrigando-a a retornar ao Complexo Penitenciário, para cumprir a pena pela qual foi condenada.

O CRIME - No dia 11 de dezembro de 2010, dois homens se dirigiram ao Hospital Municipal de Bom Jardim se passando por pacientes, e ao serem atendidos pelo médico Antônio Lopes Varão, dispararam dois tiros contra a vítima, que morreu no local.

Após o crime, os dois pistoleiros conseguiram escapar em companhia de mais outras duas pessoas em um Ford Fiesta branco. Quando da fuga, o automóvel em que os bandidos estavam capotou na BR-222, em Vitória do Mearim e um deles, identificado como Daniel Oliveira Rodrigues,que seria amante de Salete Silva, morreu.

Já no dia 3 de julho, a mandante do crime e mulher da vítima foi presa quando retornava a São Luís, vinda do Pará, de trem. Ela foi levada para o Presídio Feminino, em Pedrinhas, tendo sido condenada a 16 (dezesseis) anos de reclusão pelo Tribunal do Júri da Comarca de Bom Jardim. (Ascom TJMA)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE-MA atende 80 detentos no primeiro dia de força-tarefa na Casa de Detenção

Foi iniciada ontem (2), e prossegue até o próximo dia 13, a etapa presencial da força-tarefa realizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE-MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que beneficiará, primeiramente, a Casa de Detenção (Cadet). Dos cerca de 700 presos, entre provisórios e sentenciados, custodiados no local, 80 foram atendidos neste primeiro dia, pelos dez defensores públicos do Núcleo de Execução Penal (NEP), designados para o trabalho, que conta com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Na primeira etapa da força-tarefa, semana passada, os defensores públicos se ocuparam com a localização e identificação dos presos, que começaram a ser ouvidos, ontem. A partir desse contato, e com base na análise processual de cada um, a Defensoria Pública vem tomando as providências cabíveis relacionadas aos pedidos de concessão de benefícios como remissão de pena, progressão de regime, habeas corpus, dentre outros. Também estão sendo levantadas possíveis irregularidades na documentação básica que compõe o processo judicial. Os presos, ao final, recebem uma cópia do seu histórico de acompanhamento, emitido pela DPE-MA, com toda a movimentação feita até então.

Para a defensora geral, Mariana Albano de Almeida, a realização desta força-tarefa mostra o compromisso e a vontade dos órgãos envolvidos na ação, em transformar a realidade atual dos presídios maranhenses, tornando-os mais seguros e humanizados.

"O que estamos fazendo é tão somente garantir ao preso, o que lhe é de direito, como preconiza a Lei de Execução Penal. Trata-se de um trabalho que já faz parte da rotina dos defensores do NEP, mas que verificamos a necessidade de intensificar por conta do número elevado de prisões efetuadas do final de 2014 até hoje. A nossa presença no complexo, normalmente, se traduz em tranquilidade, visto que o detento percebe que não foi esquecido pelo sistema", destacou, lembrando que este ano a previsão é de que os defensores atuem, de forma concentrada, nas unidades penitenciárias da capital, além de outras comarcas.

Durante reunião realizada na sexta-feira (30), na sede da Corregedoria Geral de Justiça, onde foram finalizados os preparativos da etapa presencial, foi acordada a disponibilização de dois juízes auxiliares com atuação na 1º Vara de Execução Penal que darão apoio às solicitações dos defensores durante o

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DPE-MA ATENDE 80 DETENTOS NO PRIMEIRO DIA DE FORÇA-TAREFA NA CASA DE DETENÇÃO

DIVULGAÇÃO

Defensor estadual em atendimento durante força-tarefa que acontecerá até o dia 13 de fevereiro

período da força-tarefa. No caso de pendências com os presos provisórios, os peticionamentos são encaminhados para uma das Varas criminais da capital.

O reforço assegurado pela Corregedoria, segundo um dos defensores do NEP, Paulo Rodrigues, será fundamental para dar celeridade à ação, que pretende, ainda, possibilitar a criação de mecanismos de padronização do ingresso do apenado ao sistema. "O aperfeiçoamento do sistema é um processo contínuo e no momento estamos discutindo as soluções em conjunto para regularizar a situação", revelou, acrescentando que já foram detectados casos de ausência de guias de recolhimento e de certidões, que obrigatoriamente precisam acompanhar a petição para que o juiz possa proferir futuramente as sentenças.

Um caso emblemático é o do detento José de Ribamar Filho, atendido na manhã de ontem. Proveniente de São Vicente de Ferrer, ele está preso na Cadet há seis meses, mas seu processo tramita naquele município. A força-tarefa da Defensoria solicitou ao juiz daquela comarca o processo para fazer o peticionamento de possíveis benefícios. "Eu já tinha informações de que sem o meu processo, nada poderia ser feito. Agora com a Defensoria acompanhando o caso, fico mais tranquilo", disse.

Paulo Rodrigues explicou que está aguardando o processo chegar às suas mãos para solicitar as devidas providências. "Solicitamos ao juiz da comarca que nos enviasse o processo, o que foi prontamente acertado. De posse dele poderemos estudar o caso e peticionar, caso seja possível, os benefícios que o detento tem direito. Vamos acompanhar esse caso até o fim e com certeza regularizaremos sua situação", afirmou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Força-tarefa

Foi iniciada nesta segunda-feira (2), e prossegue até o próximo dia 13, a etapa presencial da força-tarefa realizada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que beneficiará, primeiramente, a Casa de Detenção (Cadet). Dos cerca de 700 presos, entre provisórios e sentenciados, custodiados no local, 80 foram atendidos neste primeiro dia, pelos dez defensores públicos do Núcleo de Execução Penal (NEP), designados para o trabalho, que conta com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça e da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DA TRIBUNA DO PODER LEGISLATIVO

FLÁVIO APRESENTA PRIORIDADES DO GOVERNO E DEFENDE DIÁLOGO PERMANENTE COM A ASSEMBLEIA

O resumo das primeiras ações, as explicações sobre as Medidas Provisórias encaminhadas ao Poder Legislativo e as prioridades do Governo do Estado foram apresentadas aos deputados estaduais pessoalmente pelo governador Flávio Dino, ontem, em pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa. Dino foi levar aos parlamentares a mensagem do Governo, afirmando que a administração manterá postura aberta e respeitosa com a bancada parlamentar. Na foto, Flávio Dino ao lado de Humberto Coutinho; Cleonice Freire; Jorge Pavão; do procurador de justiça Francisco Barros e do presidente do TRE, Froz Sobrinho.

PÁGINA 3 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio anuncia prioridades e prega diálogo permanente com a Assembleia Legislativa

O resumo das primeiras ações, as explicações sobre as Medidas Provisórias encaminhadas ao Poder Legislativo e as prioridades do Governo do Estado foram apresentadas aos deputados estaduais pessoalmente por Flávio Dino, na tarde desta segunda (2), em pronunciamento feito na tribuna da Assembleia Legislativa. O governador Flávio Dino foi levar aos parlamentares a Mensagem do Governo, afirmando que a administração manterá postura aberta e respeitosa com a bancada parlamentar.

"Ressaltamos que o mesmo espírito de cooperação e diálogo norteará as relações com os Municípios e a União, e entre os Poderes. Nosso Governo está sendo marcado por uma relação permanente e respeitosa com esta egrégia Assembleia, como também é de intensa relação com a sociedade civil e a participação cidadã", afirmou Flávio Dino em pronunciamento aos deputados.

Como demonstração de respeito ao parlamento, o governador apresentou cada uma das principais ações que o Governo do Estado já realizou nos 31 primeiros dias sob nova administração. Entre elas, elencou o Plano de Ações 'Mais IDH' e suas ramificações em cada secretaria. Serão 30 municípios beneficiados com ações focadas em melhorar a vida dos maranhenses.

Acompanhado pelos secretários de Estado, Flávio Dino também relacionou a condição financeira em que recebeu o Executivo: com R$ 24 milhões em caixa, apesar da dívida herdada chegar a R$ 1,1 bilhão. Afirmou ainda que já em 2015 foram pagas as consignações às instituições financeiras que não foram honradas pelo governo anterior. Através de corte de gastos em custeio em 30%, foi possível cumprir as obrigações do Estado com servidores que também deixaram de receber no fim de 2014.

Flávio Dino pediu apoio às medidas provisórias e aos projetos de lei já encaminhados à Assembleia Legislativa. Dentre eles, está a instituição do programa 'Mais Bolsa Família Escola', que vai transferir subsídio equivalente a uma parcela mensal do repasse realizado pelo Governo Federal às famílias cadastradas no programa Bolsa Família. Previsto para janeiro de 2016, o programa de transferência de renda visa garantir que os alunos da rede de ensino pública possam comprar material escolar no início do ano letivo.

"Superar limites é a tônica do nosso Governo. Não temos medo de desafios que parecem impossíveis e acreditamos que é nossa missão romper o pessimismo emanado da mesmice, que só beneficia os mesmos de sempre", afirmou no pronunciamento, em que relatou outras prioridades para o Governo. Flávio Dino afirmou ainda que está cortando gastos excessivos herdados do governo anterior, dando maior atenção às ações de cunho social.

Para instituir ações que bene-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ficiem a população maranhense, o governador pediu a colaboração dos parlamentares no debate sobre as sugestões enviadas pelo Governo à Casa Legislativa, como também mostrou-se aberto a sugestões da bancada que foi eleita para aprovar projetos de lei e fiscalizar o Poder Executivo. Dino afirmou ainda que todos os secretários estão abertos a prestar esclarecimentos nas comissões temáticas do Legislativo, a convite ou espontaneamente. "Nosso dever é prestar esclarecimentos e adotar a transparência como método", disse durante o evento, que reuniu ainda secretários de diversas pastas do Governo do Estado.

O gesto de Flávio Dino em apresentar o governo pessoalmente aos parlamentares foi elogiado pelo presidente da Assembleia, Humberto Coutinho (PDT), que destacou a postura democrática do governo em informar sobre a situação financeira do Estado e colocar-se à disposição para o diálogo permanente com os representantes legislativos.

Participaram ainda da solenidade a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Jorge Pavão, o procurador de Justiça do Estado do Maranhão, Francisco Barros Souza, e o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, que presidiu o Tribunal Regional Eleitoral nas eleições de 2014.

NAEL REIS

O governador Flávio Dino apresenta mensagem aos parlamentares e destaca as primeiras ações do governo

> "Ressaltamos que o mesmo espírito de cooperação e diálogo norteará as relações com os Municípios e a União, e entre os Poderes. Nosso Governo está sendo marcado por uma relação permanente e respeitosa com esta egrégia Assembleia, como também é de intensa relação com a sociedade civil e a participação cidadã"
>
> (Flávio Dino, governador do Estado)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Júri Popular

Em fevereiro, o Tribunal do Júri de São Luís julgará 32 acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. As sessões de júri popular começam nesta terça-feira (3), às 8h30, no 1º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação